

# Regional

CIDADANIA ITALIANA

## Projeto para tirar 10 mil capixabas da fila de espera

Petições pretendem melhorar atendimento relacionado à busca da cidadania e reduzir burocracia durante todo o processo

Leandro Fidelis

VENDA NOVA DO IMIGRANTE

**T**rês petições circulam pelas redes sociais pedindo melhorias no atendimento e prestação de serviços públicos relacionados à cidadania italiana. As iniciativas são do senador ítalo-brasileiro Fausto Longo (Partido Socialista Italiano - PSI) e do deputado italiano Fábio Porta (Partido Democrático - PD).

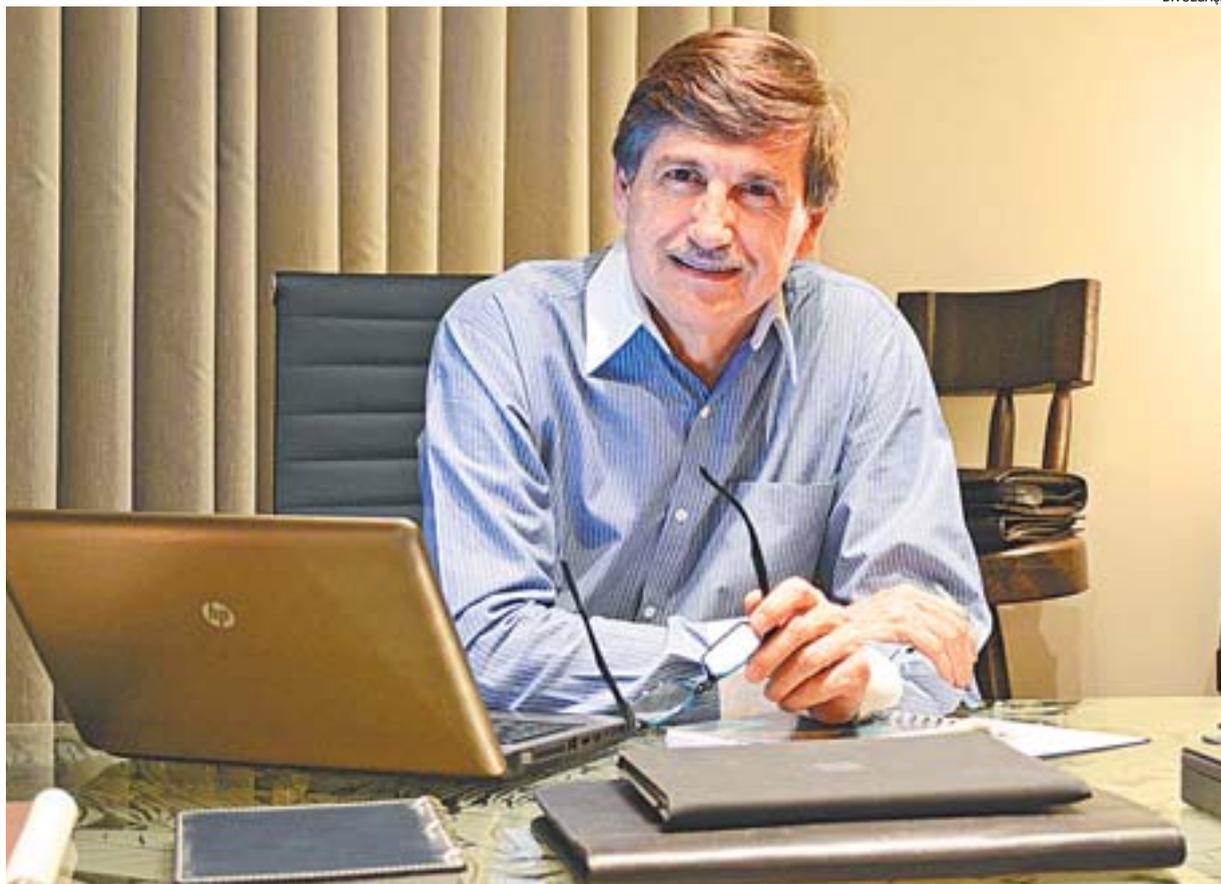
Atualmente, mais de 10 mil capixabas, a maioria descendentes de imigrantes trentinos (oriundos da Província de Trento, no Norte da Itália) estão na fila de espera.

Dentre as propostas, duas são semelhantes e visam garantir que os atuais 300 euros (R\$ 1.334,31) cobrados nas solicitações de reconhecimento da dupla cidadania sejam revertidos em favor dos consulados e exigem respeito aos prazos legais para esse procedimento.

Intitulada “Não Somos Cidadãos Classe B”, outra petição do senador Fausto Longo propõe a regulamentação de mecanismos legais de obtenção da cidadania nas próprias cidades de origem dos antepassados dos descendentes, sem a necessidade de assessorias, agilizando o processo e podendo diminuir o tempo na fila de espera.

Segundo o senador, o projeto tramita ainda pelas comissões do Senado. “Se aprovado, não resolverá todas as pendências da questão da cidadania, mas vai regulamentar a prática de se obter a cidadania na Itália, evitando práticas de caráter duvidoso”, disse.

A meta é recolher 2.500 assinaturas, que serão encaminhadas ao Parlamento Italiano. Para Fausto Longo, a escolha desse percurso reafirma a lógica da centralidade



**FAUSTO LONGO:** proposta de senador elimina necessidade de assessorias no processo, diminuindo o tempo na fila

do poder nas instituições que representam democraticamente a nação italiana em todo o mundo.

“Embora sejam petições similares, cada qual tem a sua função específica e ambas são extremamente necessárias para despertar o governo italiano para a realidade da comunidade italiana, com ou sem a cidadania, que clama por seus direitos”, declarou o senador.

Conselheiro do Comitê dos Italianos no Exterior, ligado ao Consulado do Rio de Janeiro, o capixaba José Renato Margon diz apoiar os projetos. “Apoio, porque são de interesse dos italianos no exterior. Já que a taxa foi criada, que seja para reforçar a estrutura dos consulados”, disse.

Margon e outros conselheiros ativos na causa ítalo-brasileira no Espírito Santo lutam ainda para abrir, no Estado, um departamento com dois funcionários de carreira ligados ao Consulado Geral do Rio para agilizar os serviços aos capixabas.

## Processos facilitados

A partir de agosto deste ano, o Brasil passará a facilitar qualquer processo internacional com outros países, incluindo a Itália, para extinguir o processo de legalização e validação de documentos para reconhecimento, inclusive, da dupla cidadania.

Depois de 54 anos, o país confirmou sua adesão ao Pacto de Haia ou Convenção da Apostila, assinados em 1961, na Holanda. Além do Brasil e da Itália, fazem parte do acordo internacional outros 106 países.

Isso significa que qualquer documento emitido por uma autoridade pública brasileira terá a mesma validade nas outras nações signatárias e vice-versa. É o caso das certidões de nascimento, casamento e óbito, legalização de empresas, entre outras.

De acordo com o advogado e consultor da Província de Trento

no Brasil, Elton Stolf, na prática quem se beneficia é o ítalo-descendente com as malas prontas para dar entrada no processo de obtenção da dupla cidadania diretamente na Itália.

### SAIBA MAIS

#### Pedido de cidadania

- > **A CONSTITUIÇÃO** Italiana reconhece como cidadãos filhos, netos, bisnetos e outros descendentes de italianos.
- > **PARA REQUERER** a dupla cidadania, é necessário contar com todas as certidões de registros civil (casamentos e nascimentos) das pessoas de linhagem italiana até o requerente, mais uma Certidão Negativa de Naturalização do Imigrante. Todas as certidões devem ser em inteiro teor.

## Aracruz vai ter nova aldeia indígena de guaranis

ARACRUZ

Até o final do mês de abril, o município de Aracruz, no Norte do Estado, passará a contar com mais uma aldeia indígena. Será a 12ª aldeia no Estado e a 6ª da etnia guarani em solo capixaba – as demais são tupiniquins.

A aldeia em construção se chamará Nova Esperança – Ka Agui Poram, em guarani – e fica localizada a aproximadamente seis quilômetros da praia de Mar Azul, no litoral do município.

Segundo Wera Djekupe, conhecido como Marcelo Guarani, que coordena os mutirões de construção da aldeia Nova Esperança, a comunidade indígena guarani ficará em uma área de 504 hectares – o equivalente a 504 campos de futebol.

No local serão abrigadas 27 famílias indígenas, totalizando cerca de 130 pessoas. Inicialmente, cinco famílias serão as primeiras a ocuparem a nova aldeia.

Marcelo informou que a área era ocupada por uma plantação de eucalipto e passou a ser propriedade indígena após a última demarcação de terras feita pelo governo federal e pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Entre as curiosidades reservadas à aldeia Nova Esperança estão os fatos de que, para a construção, não haverá necessidade de desmatamento e não vão existir casas de alvenaria na comunidade.

No local serão produzidas mudas nativas, que vão ser destinadas ao plantio e formação dos corredores ecológicos, além das culturas de abóbora e aipim.



**TRABALHOS** na nova aldeia